

JUSTIÇA CIDADANIA &

CONSTITUIÇÃO
PÚBLICA FEDERAL DO BRASIL

ISSN 1807-779X
9783887157400
000143
Edição 96 - Julho de 2008
R\$ 16,90



MARCUS FAVER

INTEGRAÇÃO ENTRE OS TRIBUNAIS ESTADUAIS

Editorial: O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

A FUNDAÇÃO DE SALVADOR E DO BRASIL

Sebastião Nery

Jornalista

Caramuru

Vejam que magnífica rocambolesca história. Uma perfeita minissérie de TV, como a “JK”, da Maria Adelaide Amaral, ou a “Amazônia”, da Glória Perez. Tinha razão o inglês Carlyle, que dizia que “a História do mundo é a biografia dos grandes homens”. Ou o sábio poeta Fernando Pessoa: “O homem e a hora são um só, quando Deus faz e a História é feita”.

Um jovem português, Diogo Álvares, aventureiro ou prisioneiro, de uns 16, 17 anos, nascido em Viana do Castelo, norte de Portugal, segundo outros na Galícia, que na época era meio Portugal meio Espanha, vinha em um barco pirata, português ou francês, mais provavelmente francês, que naufragou ali no Rio Vermelho, na praia da Mariquita, entre 1509 e 1510. Dez anos depois de Cabral.

Caramuru foi o primeiro baiano. Não por acaso a Enciclopédia Britânica o chama de “Patriarca da Bahia”. E certamente, tirando os índios, o primeiro brasileiro.

O “remível” vendedor de índios escravizados, João Ramalho – casado com a índia Bartira –, também português e também naufrago como Caramuru, apareceu na mesma época, mas um pouco depois, entre 1510 e 1512, lá por São Vicente, afinal fundada em 1532 por Martim Afonso de Sousa.

Depois, João Ramalho fundou a Vila de Santo André em 1545 e ajudou o jesuíta Manoel da Nóbrega a fundar a cidade de São Paulo em 25 de janeiro de 1554.

Já como bom baiano, Caramuru passou a conversa nos índios tupinambás, que mataram e certamente comeram os oito tripulantes, seus companheiros. Só ele sobrou.

Por quê? Teria matado uma ave voando e foi chamado de Caramuru, “homem do fogo, filho do trovão, branco molhado, dragão do mar”.

Mas Caramuru era também o nome indígena da lampreia,

da moréia, um peixe esguio, comprido, da região. E ele era muito alto e muito branco, e, sobretudo, muito magro, esquelético.

A lenda poética fala da disputa olímpica das irmãs Moema e Paraguaçu lançando-se ao mar para ver quem chegava primeiro perto dele.

O chefe Taparica lhe deu a filha Paraguaçu, “o grande mar”, com quem passou a viver e, como nas novelas, foram felizes para sempre.

Viveram muito. Tiveram tantos filhos que Gregório de Matos o chamou de “Adão de Massapé”. E como ninguém é de ferro, em 1528 Caramuru foi à França e lá batizou Paraguaçu como Catarina.

Caramuru morreu em Salvador em 1557, com mais de 70, sepultado no colégio dos Jesuítas. Catarina viveu muito mais. Morreu também em Salvador, em 1583, com mais de 90 anos. Índia dura de roer.

Mas Caramuru não fez apenas amor e filhos. Foi peça chave para fundar Salvador, a Bahia e o Brasil.

História

De 1549 a 1565, de Tomé de Sousa, que funda Salvador e fica quatro anos governando a colônia, passando por Duarte da Costa, que também fica quatro anos, até a chegada de Mem de Sá, em 3 de janeiro de 1558, e ajuda o sobrinho Estácio de Sá a fundar o Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565 (governou até 1572), foram menos de 15 anos.

E foi uma das mais tumultuadas e ricas décadas da história do Brasil. E com uma surpreendente documentação, graças às cartas.

Escrevia-se muito e faziam-se filhos. Não havia eletricidade, a noite chegava cedo, não havia rádio, TV, novela e Internet.



Por cartas, prestava-se conta de tudo, sobretudo das intrigas, ao rei e aos superiores em Portugal. Era uma burocracia intrigante e reverente.

Isso permitiu que Portugal tenha uma obra monumental como a “História da Colonização Portuguesa no Brasil”. E milhares de cartas conservadas, arquivadas, publicadas.

Livros

Sobre a construção de Salvador e o governo de Tomé de Sousa, temos alguns livros brasileiros clássicos:

- “História da Fundação da Cidade do Salvador”, Teodoro Sampaio;
- “A Cidade do Salvador – 1549”, Edison Carneiro;
- “História da Fundação da Bahia”, Pedro Calmon;
- “História da Companhia de Jesus no Brasil”, Padre Serafim Leite;
- “A Primeira Capital do Brasil”, Alberto Silva.

E os mais recentes, hoje indispensáveis: “Náufragos, Traficantes e Degredados” e “A Coroa, a Cruz e a Espada”, de Eduardo Bueno, que leu tudo e todos, numa pesquisa fantástica, ampla, fundamentada, completa, e revolucionou a maneira jornalística e acadêmica de contar a história do país.

E “A Amazônia de Pombal Sob Ameaça” (a conquista da Amazônia pelo Marquês de Pombal até a expulsão dos Jesuítas), de Gilberto Paim.

Colombo e Vespúcio

A história do Brasil começou oito anos antes de 1500 com Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio. Cristóvão Colombo, italiano de Gênova, era marinheiro. O barco naufragou. Colombo foi esbarrar em Portugal, onde casou com a rica Felipa, cujo pai também era navegador; estudou

os mares, mas ninguém acreditava nele.

Foi para a Espanha, conquistou os reis Fernando e Isabel, de Castela, e em 1492 chegou à América; virou “o almirante de todos os mares”, e está de lá, de pé, no alto da torre, diante do porto de Barcelona.

A América devia chamar-se Colômbia e não América. Colombo foi literalmente roubado pelo bancário-banqueiro italiano Américo Vespúcio.

Américo Vespúcio, de Florença, trabalhava no banco dos Médicis e foi transferido para Sevilha, na Espanha. Era o subgerente. O gerente ajudou a financiar a primeira viagem de Colombo, em 1492. Morreu o gerente, Américo assumiu a sucursal do banco e continuou financiando Colombo na segunda viagem, de 93 à 96; na terceira, de 98 à 1500 e na quarta, de 1502 à 1506.

Mas Américo Vespúcio já tinha percebido que a América existia mesmo e dava dinheiro. Virou também navegador. Em 1501, já o Brasil descoberto, ele saiu de Lisboa, passou pelo cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, e foi até o Rio de Janeiro, aonde chegou em 1502.

Em 1503, passou por Fernando de Noronha, Bahia e foi até Cabo Frio. Voltou à Europa, foi à Alemanha, pagou e pôs o continente em seu nome – América e não Colômbia – no mapa do globo de Estrasburgo, em 1506.

Colombo, passado para trás, morreu de desgosto em 1506.

O Pereira

Depois do Vespúcio, em 1503, e Caramuru, em 1510, veio o Pereira, 25 anos depois. Em 1534, Portugal dividiu a costa do país em capitânias hereditárias, em 15 lotes, cada um com 50 léguas, 300 quilômetros. O rei doou a da Bahia

ao fidalgo português Francisco Pereira Coutinho, já velho e doente, mas rico e durão, que, pelos saques nas Índias, virou o “Rusticão”.

Ele reuniu 120 pessoas e veio assumir suas terras, em 1536. Ficou encantado e gabou muito. Mandou dizer ao rei que havia “bons ares”, “boas águas”, “os algodões são os mais excelentes do mundo” e “o açúcar se dará quanto quiserem e a terra dará tudo que lhe deitarem”.

Instalou-se próximo à praia da Barra, onde hoje é o farol da Barra, fez um povoado com umas 30 casas, cercou de pau-a-pique e levantou uma torre de dois andares com quatro canhões. Era a Vila do Pereira.

Caramuru estava ali perto há quase 30 anos, com uns 200 tupinambás trabalhando com ele e para ele. O Pereira não se meteu com Caramuru, mas começou a distribuir terras em volta para sua gente que veio com ele: o espanhol Afonso Torres, o português João de Velosa e outros.

Mas aquelas terras tinham donos: 5 ou 6 mil índios tupinambás, “homens de peleja”, que começaram a ser escravizados para trabalharem nas plantações de cana. Quatro anos depois da chegada do Pereira, em 1540, a guerra estourou. Pereira tinha perdido o apoio de Caramuru e do donatário vizinho, Duarte Coelho, de Pernambuco, que se queixou ao rei: “Ele é mole para resistir às doidices e desmandos dos doidos e mal ensinados”.

Durante cinco anos a briga com os tupinambás levou a fome, a sede e a morte para a Vila do Pereira. Acabaram “encurralados entre o mar e a muralha que protegia a vila”, como brilhantemente conta Eduardo Bueno: “Eram uns 100 colonos cercados por mais de mil tupinambás brandindo tacapes, lançando flechas incendiárias, produzindo nuvens tóxicas com a combustão de pimenta e ervas venenosas”.

Bush teria bombardeado os índios pelo uso de armas químicas e destruição em massa.

Um “clérigo de missa”, padre João Bezerra, que ficou na história como “aventureiro sem escrúpulos”, chegou de Lisboa com um falso alvará, destituindo Pereira da capitania. Pereira fugiu para Porto Seguro.

O padre sumiu e os índios tomaram conta da Vila do Pereira, destruíram a torre e as casas, saquearam os armazéns. Mas logo apareceram franceses que “carregaram os canhões que os índios deixaram jogados na praia, juntaram as mercadorias que escaparam dos saques” e também sumiram, prometendo voltar em quatro meses. “Restavam só os destroços”.

Caramuru, solidário, foi a Porto Seguro e trouxe o Pereira de volta em seu barco, que naufragou na ponta de Itaparica. Deve ter sido coisa do cacique João Ubaldo. Quem não morreu foi preso pelos índios, inclusive o Pereira, que “foi morto ritualmente”, segundo a tradição, por um garoto de 5 anos, cujo irmão ele tinha mandado matar.

Caramuru evidentemente foi poupado. Era o sinal, para Portugal, de que as capitánias não resolviam o problema. Na capitania de Ilhéus, os valentes índios aymorés se haviam rebelado contra as escravizações, incendiando e destruindo oito engenhos. Os 400 habitantes tiveram que fugir.

Franceses

Ou Portugal agia ou perdia o Brasil para os franceses. Esses foram os primeiros grandes inimigos, durante mais de meio século, de 1500, no Descobrimento, a 1556, com Villegagnon, no Rio.

Seus navios piratas cortavam a costa de norte a sul, do Maranhão a São Vicente, trocando, comprando, roubando, levando, sobretudo, Pau-Brasil. Também já havia o comércio de escravos e cana-de-açúcar, mas começando. O grande negócio da época era o Pau-Brasil.

Só de Salvador a Olinda eram 800 quilômetros, passando por Sergipe e Alagoas, sobretudo na foz do rio Real (entre Bahia e Sergipe), na foz do rio Sergipe (onde hoje é Aracaju), na ponta do francês (em Maceió), na ilha de Itamaracá e também no litoral da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Se você quer conhecer uma das mais belas cidadezinhas do mundo, vá a Honfleur, de apenas 8 mil habitantes, a 200 quilômetros de Paris, na foz do Senna, norte da França, entre Trouville e Havre.

Aquela jóia universal é tão francesa quanto brasileira. Com seu porto profundo, meio escondido diante do grande porto do Havre, durante dezenas de anos os navios franceses despejaram o Pau-Brasil negociado, tomado, roubado dos índios e de traficantes portugueses.

A entrada da nossa bela Baía de Todos os Santos, hoje o Farol da Barra, os franceses chamavam de *Point de Carammou*.

A Amazônia devastada, saqueada, com suas madeiras de lei roubadas, não começou agora. Tem 500 anos. Chamava-se Mata Atlântica e seu Pau-Brasil. Quase todas as capitánias estavam abandonadas. Para plantar cana era preciso traficar escravos ou escravizar índios.

Tomé de Sousa

Como seu descendente Dom João VI, quase 200 anos depois, o rei Dom João III tinha cara de bobo mas não era. A iniciativa privada das capitánias fora um fracasso total. O Estado tinha que assumir, tomar conta.

O rei chamou Dom António de Ataíde, seu ministro da Fazenda, e Fernão de Andrade, seu tesoureiro-mor, seu presidente do Banco Central. Eram o Mantega e o Meirelles. E os três planejaram criar um Governo Geral no Brasil, com sede na Bahia. Com dinheiro do Governo, do Reino.

A primeira providência foi uma carta do Rei a Caramuru, de 19 de novembro de 1548, mandando preparar a recepção a Tomé de Sousa: “Eu, el Rei, envio muito a saudar... Eu ora mando Tomé de Sousa, fidalgo de minha Casa, a essa Bahia de Todos os Santos, por capitão e governador... Vos mando que quando o dito Tomé de Souza lá chegar, vos vades para ele e o ajudeis”.

Caramuru vivia no Outeiro Grande, uma colina acima da antiga Vila do Pereira, hoje bairro da Graça. E fez tudo direitinho.

Tomé de Sousa, militar de carreira, que servira no Marrocos e na Índia, era filho de um abade e se revelou o único realmente sério, correto, dos três primeiros governadores-gerais.

Duarte da Costa, o segundo, com seu filho Álvaro da Costa, foi um desastre, desastrado e corrupto.

Mem de Sá, o terceiro, roubou tanto que se tornou “o homem mais rico do Brasil no século XVI e o mais acusado de corrupção”.

Tomé de Souza saiu de Lisboa em 1º de fevereiro e chegou a Salvador na manhã de 29 de março de 1549. Dois meses. Encontraram “um quase segundo paraíso, em perpétua primavera (...) águas de um azul translúcido, repletas de ilhas verdejantes, pontilhadas por um colar de praias. (...) O peixe é tanto que vai de graça”.

A frota era de seis embarcações e mais dois navios mercantes. Mais de 500 homens (alguns historiadores falam em até mil): a maioria mercenários, voluntários ou desocupados. Além do material necessário para a construção da cidade e bugigangas para enganar os índios, havia comida, água e vinho em 600 tonéis de madeira. Daí nasceu a tonelagem. Era um litro e meio de vinho por dia para cada um.

Não havia só burocratas e soldados. Também artesãos, marujos, “desorelhados” e “ferrados” – gente punida de crimes anteriores –, um médico, um relojoeiro, um boticário, um barbeiro e 51 “trabalhadores”.

E nada de mulheres, que ficaram em Portugal, inclusive a de Tomé de Sousa, Catarina da Costa, por quem ele “se consumia de saudade”.

E mais três padres jesuítas: Manoel da Nóbrega, o líder, Leonardo Nunes, cristão-novo (judeu convertido) e Azpicuelta Navarro.

Nóbrega rezou uma missa “numa maneira de igreja”. Era a “pequena capela de pau-a-pique, com cobertura de palmeira, que Catarina Paraguaçu, mulher de Caramuru, mandara erguer, uns 20 anos antes, na colina acima da Vila do Pereira, onde hoje fica a Igreja da Graça”.

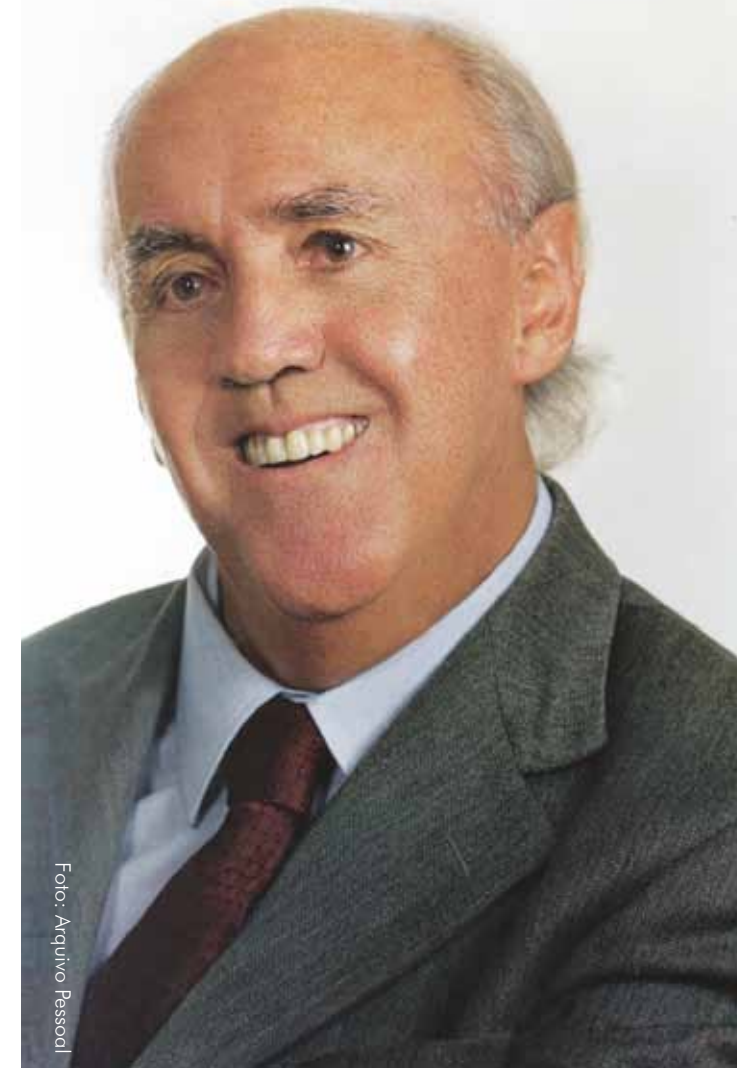
A primeira sacada de Tomé de Sousa foi construir a cidade no alto da colina, onde hoje é a Praça Municipal, cercada por uma muralha com duas portas: uma no Pelourinho e outra na hoje Praça Castro Alves. Ali ficaram o Palácio do Governador, a Câmara Municipal (a primeira do país), a cadeia, a Santa Casa de Misericórdia, a Igreja dos Jesuítas e o Pelourinho.

Lá embaixo da colina, na Cidade Baixa, a Igreja da Conceição da Praia, a alfândega e um armazém, o Mercado Popular, ligado à Cidade Alta por um elevador de carga, o Guindaste dos Padres. E mais tarde outro, público, onde hoje é o Elevador Lacerda.

O primeiro prefeito foi Diogo Moniz Barreto, antepassado desses Moniz e Barretos todos da Bahia. O Garcia d’Ávila, da minha esquina em Ipanema, no Rio, o homem da Casa da Torre na Praia do Forte, o maior latifundiário do Brasil, cujas terras iam de Itapoá ao Piauí, e sobre quem o historiador baiano Moniz Bandeira acaba de escrever um grande livro, “O Feudo”, era “criado”, filho, na época “bastardo”, de Tomé de Sousa.

Jesuítas

Não se pode falar em Salvador, Bahia e Brasil sem a Companhia de Jesus, os “guerrilheiros de Cristo”. Uma incrível



Sebastião Nery

coincidência histórica.

Um fidalgo espanhol, basco, nascido quando o Brasil era descoberto, em 1491, durante um cerco francês à Pamplona levou uma bala de obus entre as pernas, nas partes baixas. A parte inferior da perna direita foi estilhaçada. A barriga da perna esquerda, dilacerada. E ficou impotente.

Inigo Lopes de Oñaz decidiu tornar-se um “mendigo de Deus”. “Manco e de magreza espantosa, cabelos e unhas longos, partiu para Jerusalém em peregrinação”. Na volta, em 1529, foi estudar Teologia em Paris. Trocou o nome para Inácio de Loyola, reuniu seis alunos do curso e fundaram a Companhia de Jesus, a serviço do Papa, que Alexandre Herculano chamou de uma “milícia papal”.

Mudaram a Igreja e ajudaram a fundar o Brasil.

Ortodoxos radicais vetavam o grego por ser “aristotélico” e o hebraico por ser “judaico”. Denunciavam os intelectuais humanistas à Inquisição, ao Tribunal do Santo Ofício.

Na hora da partida de Tomé de Sousa, a saída da frota atrasou esperando um andarrilho experiente, que tinha sido convocado e vinha a pé de Beira, a 150 quilômetros de Lisboa.

Era o jesuíta Manoel da Nóbrega. Estudante de Direito da Universidade de Salamanca, na Espanha, Nóbrega voltou para sua terra, Portugal, e foi estudar em Coimbra, onde se formou em Direito Canônico e Filosofia, em 1541, aos 23 anos. Queria

ser professor, não conseguiu. Foi reprovado porque era gago, “tardo na fala”.

Resolveu ser padre. Entrou aos 27 anos na Companhia de Jesus, dirigida em Portugal por um dos seis fundadores, padre Simão Rodrigues.

O padre Nóbrega era tão radical que, no carnaval de Coimbra, em 1547, para amaldiçoar a turma, “desfilou com um crucifixo, uma caveira e vários ossos”. Imaginem o padre Nóbrega, hoje, desfilando de caveira e ossos na mão, diante do Expresso 2222 de Gilberto Gil e dos camarotes de Carlinhos Brown, Ivete Sangalo e Daniela Mercury.

Foi esse Nóbrega que, com mais dois companheiros, chegou ao Brasil com Tomé de Sousa como chefe, como provincial. “Percorriam as ruas de Salvador em ruidosas ladainhas noturnas, submetendo-se a açoites e conclamando o povo a imitá-los.” Era bem o símbolo de “uma colônia sob o signo do dogmatismo, sem livros, sem universidades, sem imprensa e sem debates por três séculos”, até a chegada do bom gordo Dom João VI.

Dom Sardinha

Em 1552, chegou ao Brasil o primeiro bispo, Dom Pero Fernandes Sardinha, culto mestre em Teologia na Sorbonne, colega de Inácio de Loyola em Paris. Mas Nóbrega logo se desentendeu com ele. “O bispo era contra catequizar índios”. Nóbrega foi para São Vicente fundar São Paulo.

O bispo Sardinha comprou muitas outras brigas. Terrivelmente corrupto, excomungava e cobrava dinheiro para desexcomungar. “Amealhou uma fortuna nos quatro anos de apostolado”.

Até que a Câmara de Vereadores de Salvador fez uma CPI contra o novo governador Duarte da Costa e contra o bispo. Denunciou e pediu a Portugal a saída dos dois. E foi atendida.

O bispo entrou com mais uns cem em uma nau, que naufragou na foz do rio Coruripe, conhecida como “o porto dos franceses”, em Alagoas, e não na Paraíba, como se enganam alguns historiadores.

Era 15 de junho de 1556. Ninguém morreu. Presos, os índios caetés os levaram a pé uns 40 quilômetros acima, até a barra de São Miguel, a 30 quilômetros de Maceió. Lá, foram quase todos mortos (só de 3 a 10 voltaram para Salvador), porque os portugueses brigavam com os franceses, que eram aliados dos caetés.

Nem todos devem ter sido comidos. Não havia apetite para tanto. Mas o bispo, certamente foi, porque era o chefe. Em carta para Portugal, Nóbrega não se congratula com a morte do bispo, mas deixa claro que foi castigo de Deus por seus muitos pecados.

Nóbrega escreveu dois livros fundamentais: “Informações das Terras do Brasil” e “Diálogo Sobre a Conversão do Gentio”.

Vieira, Pombal

Mas a aventura dos jesuítas no Brasil não pára na fundação de São Vicente em 1553 e São Paulo em 1554, pelo padre

Manoel da Nóbrega. Meio século depois, em 1608, nascia em Lisboa “o Imperador da Língua Portuguesa”, como o chamou Fernando Pessoa: o padre António Vieira.

Quando tinha de sete a oito anos, a família veio para o Brasil, para Salvador, com ele. Estudou no Colégio dos Jesuítas, tornou-se noviço e, com 18 anos, era professor de Retórica no Seminário de Olinda, em Pernambuco, já tendo feito, em Salvador, seus primeiros sermões.

Em 1653, Vieira chegou a São Luís e participou – às vezes discordando, às vezes comandando – da epopéia dos jesuítas (e outras ordens religiosas, mas essas com menos ação), ampliando nossas fronteiras.

Pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494 (dois anos apenas depois da chegada de Colombo às Américas), que dividiu a América do Sul entre Portugal e Espanha, as terras portuguesas iam até o Pará, descendo até o Paraná. O resto era Espanha.

Mas em 1676, a Igreja, sempre sábia, espichou a fronteira sul até o rio da Prata, estendendo até lá a jurisdição da Diocese do Rio de Janeiro.

E o Norte? Em janeiro de 1750, o Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Mello, 1699-1782, primeiro-ministro de Portugal durante 27 anos, de 1750 a 1777), o maior herói da Amazônia, conseguiu, no Tratado de Madri, estender as “terras brasílicas” ao rio Negro e ao rio Juruá, o que significava ao norte do Solimões e do Amazonas, até os limites de Nova Granada (Colômbia), Venezuela e Guianas.

Para garantir, nomeou seu “irmão do coração”, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Maranhão e Grão Pará, transferindo a capital da região de São Luís para Belém.

O Brasil acabava de ganhar a Amazônia. Mas os jesuítas (e outras ordens religiosas) tinham muitos negócios e relações com os espanhóis, franceses e holandeses daquelas fronteiras sem fim. Houve época em que tinham mais de 100 mil bois só na Ilha de Marajó.

Começaram os conflitos e, em 1759, Pombal – com receio de as missões dos jesuítas e outras ordens colocarem os índios ao lado dos espanhóis, franceses, holandeses, e esses avancem sobre as terras brasileiras (portuguesas) –, afinal, expulsou a Companhia de Jesus do Brasil.

E o Padre Vieira, depois de viver 52 anos no Brasil, foi para Lisboa pregar para o Rei, foi para Roma pregar para o Papa e acabou encarcerado pela Inquisição, acusado de heresia por defender os índios.

Já velho, voltou para o Brasil só para morrer em Salvador, que ele considerava “sua terra”, em 1697, aos 90 anos.

As Colinas

E foi assim que a Bahia e o Brasil nasceram de três naufrágios: o de Caramuru, o primeiro baiano; o de Pereira Coutinho, o primeiro donatário; e o de Dom Sardinha, o primeiro bispo.

Talvez por isso sejamos assim: desde o começo, tocados pelos ventos da História – às vezes tragados pelas ondas, mas sempre subindo as colinas.

